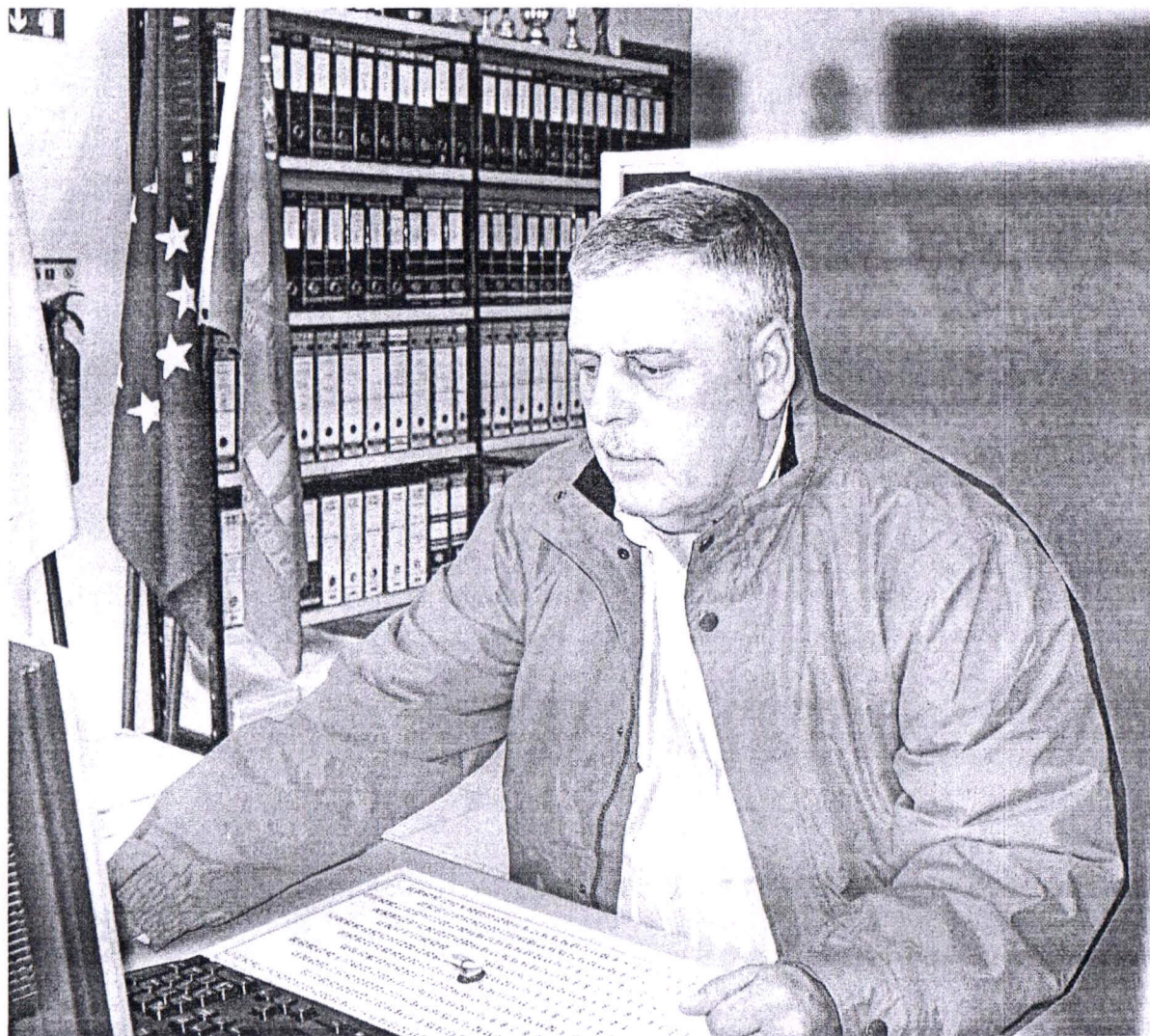




# IPSS querem equiparação salarial à Função Pública

MARIA JOOSÉ SILVA

O executivo açoriano tem ao seu serviço 500 técnicos contratados por Instituições Particulares de Solidariedade Social a trabalhar em programas governamentais ao lado de técnicos superiores com estatuto de funcionário público que, nos primeiros três anos, ganham mais 300 euros por mês do que eles e, ao fim de 20 anos, estarão a ganhar mais mil euros. São "mão-de-obra barata" que não conta para as estatísticas do funcionalismo público no arquipélago. A maioria destes técnicos está a exercer funções no Instituto de Acção Social, predominantemente no acompanhamento da aplicação do Rendimento de Inserção Social criando-se uma injustiça salarial denunciada pelo SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.



SINTAP O dirigente sindical Luís Armas denunciou a precária situação laboral em que se encontram os técnicos das IPSS

## Maria José Silva

■ O Sindicato de Trabalhadores da Administração Pública dos Açores quer que seja feita uma alteração de cláusulas no contrato colectivo de trabalho das IPSS e a revalorização profissional e remuneratória do pessoal técnico superior das IPSS/Misericórdias.

O SINTAP denunciou esta situação pela primeira vez em 2009, quando reuniu com secretária regional da Habitação, Trabalho e Solidariedade Social, Ana Paula Marques, que - segundo a estrutura sindical - mostrou abertura para analisar, discutir e procurar uma solução.

TRIBUNA DAS ILHAS esteve à conversa com Luís Armas do SINTAP que nos esclareceu sobre estas situações e nos explicou tudo o que tem sido feito no sentido de combater esta ilegalidade.

“De acordo com as contas que foram feitas, na Região existem cerca de 500 técnicos superiores, 150 dos quais estão nas IPSS e trabalham para as IPSS. 350 deles são contratados pelas IPSS e trabalham no Instituto de Acção Social, que é um departamento do governo” – explica Luís Armas.

O sindicalista adiantou ainda que “estes técnicos não são sequer requisitados, são mesmo contratados pelas IPSS e depois exercem na função pública, respeitando os horários de trabalho, com subordinação hierárquica e estão satisfazendo as necessidades permanentes do serviço mas ganhando pela tabela das IPSS que é

muito aquém da tabela da Administração Pública. Com base nisso os técnicos procuraram o SINTAP para tentarmos fazer valer esta causa”.

Já em 2009 esta causa foi incluída no Caderno Reivindicativo do SINTAP, e 2010 não foi excepção.

“A nossa proposta é que se faça justiça a esta situação e que haja uma revalorização remuneratória desses técnicos superiores, tanto os que trabalham nas instituições e para as instituições, como os outros” – afirma o sindicalista.

Os montantes envolvidos nesta luta vão dos 90 até aos 502 euros de diferença salarial entre uns e outros, o que é muito dinheiro num orçamento familiar.

A 16 de Outubro de 2009 houve uma reunião com a secretária regional da Habitação, Trabalho e Solidariedade Social, Ana Paula Marques, conforme já referimos. Nessa reunião “apresentamos a nossa proposta e foi-nos sugerido que formalizássemos a mesma. Fizemos essa formalização em Novembro 2009, com conhecimento da União das IPSS e União das Misericórdias, ou seja, as entidades empregadoras”.

Questionado sobre a posição destas entidades, Armas disse a este semanário que “essas entidades não se manifestam contra esta nossa acção. As Uniões têm um acordo de cooperação com o Instituto de Acção Social e se essa situação vier acompanhada do respectivo dinheiro eles não se opõem, as instituições não podem é pagar essa diferença por si, isso tem que ser contemplado no

acordo de cooperação para pagamento dos funcionários por parte do governo.”

Após a formalização e depois de meses de impasse, a 8 de Março o Sindicato reuniu em Ponta Delgada com o Governo e “não houve nada de novo”. Ficou definido, prossegue a explicar Luís Armas, “que no dia 8 de Abril vai haver nova reunião para negociação desta situação e as Uniões das Misericórdias e das IPSS se comprometeram até 31 de Março a apresentar uma contra-proposta à proposta do Sindicato”.

O SINTAP propõe ainda que, logo que este contrato fosse celebrado, os técnicos deixariam de receber as chamadas diuturnidades e seriam alvo de avaliação para progressão na carreira.

Importa frisar ainda que em Fevereiro este Sindicato apresentou o seu caderno reivindicativo para 2010 na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e teve boa aceitação por todos os partidos políticos.

O PSD e o BE já vieram mesmo a público manifestar o seu apoio a estes técnicos e reclamar junto do Governo Regional.

“Todos os partidos, até o Partido Socialista que suporta o governo, manifestaram a sua sensibilidade para esta situação. Esperamos que a partir da próxima reunião haja algo em concreto” – afirma Luís Armas.

### A VOZ DOS TÉCNICOS

Conversamos com um destes técnicos que foi contratado por

uma IPSS mas que está a desempenhar funções no Instituto de Acção Social.

O técnico em questão nunca exerceu funções na mesma. No final do mês, o seu recibo de vencimento não é pago pelo IAS, mas sim pela sua entidade patronal.

A diferença remuneratória representa a perda de cerca 300 euros face aos colegas da Função Pública. Está, como se entende, em causa um valor importante para um jovem.

Com efeito, o que leva estes técnicos a reivindicarem uma equiparação para a função pública não é apenas a questão salarial. De acordo com a nossa fonte, os técnicos da IPSS ressentem-se por não ter as mesmas oportunidades que os colegas e referem, por exemplo, a questão da formação.

Ademais, estes técnicos não têm autonomia nas suas funções, uma vez que estão sob orientação dos colegas da Função Pública e estão impedidos de levar a cabo determinados procedimentos, designadamente, de cariz vinculativo.

Outra irregularidade apontada pelo técnico contactado pelo jornal, prende-se com os sistemas de trabalho. Os técnicos das IPSS vêem-se forçados a cumprir os objectivos da Função Pública e a acatar orientações dos seus superiores hierárquicos que só o são na prática.

O Conselho de Administração do IAS comprometeu-se com os técnicos das IPSS a proceder à equiparação, porém, nenhum efeito se registou. Temem os técnicos, tratar-se de um “jogo de entorpecimento”. Para aqueles, é importante que esta equiparação aconteça de forma célere, pois entendem que estão a ser lesados.

Em relação à reunião do próximo dia 8 de Abril, os técnicos estão cépticos mas aguardam com expectativa. No caso de não ser encontrado um consenso, assumem partir para outras formas de luta, contudo, receia a fonte, que alguns colegas, devido à sua situação contratual, não possam participar como desejavam nas acções de reivindicações que possam existir.

Não obstante, a partir do dia 8 de Abril, na sequência da reunião entre o SINTAP e os representantes do Governo Regional dos Açores, se não se registarem quaisquer alterações, considera o técnico, irá aumentar a probabilidade de ocorrer acções de reivindicação com mais visibilidade.

Questionado sobre a posição dos seus colegas da Função Pública em relação a tudo isto, o técnico revela que, na sua opinião, podia existir uma predisposição maior no que concerne às questões de solidariedade entre os colegas. Lembra a propósito, a dinâmica gerada entre os trabalhadores da COFACO.